

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.177 , DE 2010

Tipifica o crime de simulação processual.

Autor: Deputado Carlos Bezerra

Relator: Deputado Geraldo Pudim

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei para tipificar o crime de simulação processual. A justificação aponta razões de ordem fática, afirmando que avultam os casos em que o Poder Judiciário é usado de maneira fraudulenta para a obtenção de vantagens indevidas, pela simulação de uma lide.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania apreciar a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do projeto de lei em tela. A proposição é de competência final do Plenário da Câmara dos Deputados.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade formal e material, é conforme o sistema jurídico e foi

redigida de acordo com a Lei Complementar 95/98, reconhecendo-se sua boa técnica legislativa.

No mérito, cremos seja caso de aprovar o Projeto.

Realmente, é cada vez mais frequente que pessoas simulem lides para prejudicar outras lides legítimas, por exemplo, simulando dívidas somente para impedir que outro processo tenha sucesso na cobrança contra aquela pessoa, simulando separações judiciais para obter vantagens junto ao fisco e diversos outros tipos de fraudes.

Esses ilícitos são ainda mais graves se pensarmos que se utilizam dos mecanismos da Justiça para garantir atos criminosos, subvertendo a ordem jurídica estabelecida e criando a insegurança nas relações sociais.

Cremos que é mesmo hora de criminalizar a conduta da simulação processual. O tema foi perfeitamente colocado dentro do Código Penal e a pena está adequada à espécie e equilibrada em relação às demais penas do mesmo capítulo.

Haverá evidente aperfeiçoamento da legislação penal com a aprovação dessa proposta.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação do projeto sob exame.

Sala da Comissão, em 15 de dezembro de 2010.

Deputado GERALDO PUDIM
Relator